

24. Em 19 de março de 1931 foi publicado o Decreto 19.770 que “Regula a sindicalização das classes patronaes e operarias e dá outras providências”. Essa legislação impunha, entre outras coisas, que os sindicatos só seriam aceitos legalmente como representantes das categorias profissionais se fossem reconhecidos pelo governo; se, no mínimo, dois terços dos seus membros fossem brasileiros natos ou naturalizados; e se as organizações sindicais se abstivessem de qualquer propaganda de caráter social, político ou religioso e seus participantes se negassem a disputar cargos eletivos estranhos à natureza e finalidade da associação. Já na Constituição de 1934, o mesmo governo Vargas instituiu a jornada de trabalho de oito horas diárias, as férias remuneradas, o descanso semanal obrigatório, a licença para gestantes e a proibição do trabalho para menores de 14 anos.

Considerando essas informações, atente para o que se afirma a seguir:

- I. Essa busca pelo controle do Estado sobre os sindicatos e a concessão de direitos trabalhistas marca o corporativismo e o controle do movimento sindical comum durante o Governo Vargas.
- II. Enquanto o controle sindical pelo Estado era solicitação antiga dos trabalhadores, para protegê-los, os direitos trabalhistas foram solicitação dos patrões que tinham consciência social.
- III. A exigência de dois terços de brasileiros na formação dos sindicatos tentava reduzir a influência de operários imigrantes que disseminavam ideais socialistas e anarquistas.
- IV. Com sindicatos controlados pelo Estado e perseguição a líderes trabalhistas pelegos e sua substituição por indivíduos que tinham ideais de esquerda, Vargas ganhou força como o “pai dos pobres”.

É correto o que se afirma em

- A) I e III apenas.
- B) I, II e IV apenas.
- C) II, III e IV apenas.
- D) I, II, III e IV.

Assunto: Era Vargas - Corporativismo - Trabalhismo

A Era Vargas (1930 1945) foi um dos momentos mais marcantes da História do Brasil republicano em decorrência das mudanças implantadas em diversas áreas da vida pública e privada. Uma dessas transformações ocorreu na relação entre Estado, sindicatos e empresários, quando o Estado deixou a posição de mera máquina de repressão aos movimentos sociais dos trabalhadores, em nome da defesa da propriedade privada, e sem deixar de praticar atos de violência contra os trabalhadores, assume uma posição de mediador dos conflitos laborais.

O corporativismo foi uma das marcas desse processo, no qual o Estado busca gerenciar e controlar os interesses dos diferentes grupos sociais, argumentando que essas ações construiriam uma sociedade harmônica e pacífica, pois não haveria conflito de classes. No entanto, os grupos, os sindicatos, as associações e os partidos políticos que não aceitavam o controle estatal eram duramente reprimidos e criminalizados. Dito isso, confirmamos o que está posto na afirmativa I.

A afirmativa II está errada ao informar um desejo dos trabalhadores de se submeterem ao controle do Estado, e isso não é verdade, visto que os sindicatos ligados, sobretudo, ao comunismo e ao anarquismo não aceitavam a ingerência do Estado nas suas organizações.

A afirmativa III está correta ao exemplificar, por meio da questão sindical, outras duas características do governo de Vargas: o nacionalismo, que fazia oposição à participação de organizações internacionais no Brasil; e, sobretudo, a luta aberta contra os movimentos políticos de esquerda, como socialistas e anarquistas, considerados uma ameaça à ordem social criada pelo governo de Vargas.

A afirmativa IV está errada por afirmar que havia perseguição aos líderes sindicais pelegos, quando, na realidade, a liderança sindical pelega era ligada ao governo Vargas e à classe patronal, traindo inúmeras vezes os trabalhadores quem representavam. Por fim, Vargas combatia as lideranças de esquerda, não as nomeava ou favorecia.

Item: D